

## **MULHERES, RESISTÊNCIAS FEMINISTAS NA LUTA ANTIFASCISTA NO BRASIL?**

### **WOMEN, FEMINIST RESISTANCE IN THE ANTI-FASCIST STRUGGLE IN BRAZIL**

Maria Mary Ferreira<sup>1</sup>

#### **Resumo**

A surpreendente eleição da extrema direita no Brasil, após um período em que se ampliaram direitos sociais, como nunca vistos, tem sido tema de debate recorrente, na academia que considera esse momento relacionado ao enfraquecimento das organizações sociais no País e às crises econômicas. Ao lado desse debate se inserem as discussões, acerca das resistências que emergiram nesse período, contribuindo para fortalecer a oposição ao governo fascista de Bolsonaro, que ao expor sua política recessiva e privatista traz consigo vieses machista, patriarcal e racista. Os movimentos feministas se constituíram em todo o Brasil, uma forte resistência ao governo, com ações pontuais de denúncias e nos atos pelo Impeachment, que tomaram ruas e praças em todo o País, no Ano de 2021. Neste texto refletimos sobre o fascismo e suas narrativas que interditarão o debate democrático, interferindo nas instituições democráticas entre as quais o Congresso Nacional, e apresentamos a contribuição dos movimentos feministas, para denunciar as contradições do Estado brasileiro e da extrema direita que se instalou no Brasil

**Palavras-chave:** Fascismo; Movimento Feminista; Gênero-Política; Brasil

#### **Abstract**

The surprising election of the extreme right in Brazil, after a period in which social rights were expanded, as never seen before, has been the subject of recurrent debate in the academy that considers this moment related to the weakening of social organizations in the country and the economic crises. Alongside this debate are discussions about the resistance that emerged in this period, contributing to strengthen opposition to Bolsonaro's fascist government, which by exposing its recessive and privatist policy brings with it sexist, patriarchal and racist biases. Feminist movements were constituted throughout Brazil, a strong resistance to the government, with specific actions of denunciations and in the acts for the Impeachment,

---

<sup>1</sup> Professora Associada do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão - UFMA. Doutora em Sociologia/Unesp/FCLAr e Pós Doutora em Comunicação e Informação pela Universidade do Porto/PT. E-mail: [mmulher13@hotmail.com](mailto:mmulher13@hotmail.com).

which took over streets and squares throughout the country, in the Year 2021. In this text we reflect on fascism and its narratives that interdicted the democratic debate, interfering with democratic institutions, including the National Congress, and we present the contribution of feminist movements, to denounce the contradictions of the Brazilian State and the extreme right that has settled in Brazil.

**Keywords:** Fascism; Feminist Movement; Gender-Politics; Brazil.

## INTRODUÇÃO

Os tempos sombrios que se abateram sobre o Brasil, a partir do impeachment (golpe) de Dilma Rousseff, em agosto de 2016, trouxeram mudanças profundas na vida dos brasileiros, em especial, na vida das mulheres cujos reflexos são visíveis na exacerbação da violência, fruto da cultura patriarcal que perpassa a vida pública e privada, e que interfere de forma direta na cidadania das mulheres.

O discurso conservador, patriarcal e machista, que transcorreu em todo o processo do golpe evidencia que o patriarcado no Brasil tem cor, classe e lado, haja vista a forma como a mídia nacional veiculou e se encarregou de criar uma imagem negativa da presidenta, retratada em muitas situações de forma pouco convencional ou mostrando desequilíbrio, insegurança, contribuindo, dessa forma, para seu desgaste, justificando assim, o golpe. O desdobramento do golpe ou as consequências do mesmo trouxeram à tona, um conjunto de dilemas, ainda não superados no Brasil: por um lado, os fascismos que ficaram camuflados, durante as três últimas décadas e que se manifestaram em diversos atos capitaneados pelo atual presidente; e de outro, a violência de gênero e a sub-representação das mulheres no poder, expressas nos indicadores sociais e nos dados apresentados neste estudo, fato que mostra a vitalidade do patriarcado proclamada e expressa nos discursos e nas ações dos dirigentes, que hoje dominam o cenário nacional.

O que se observou, a partir do golpe, foi um retrocesso político nunca visto na história republicana do Brasil, contribuiu para isso as medidas tomadas pelo governo de Michel Temer (2016-2018), de congelar os gastos com o setor público e extinguir programas sociais, que comprometeram a vida e a dignidade dos brasileiros. Os reflexos dessas medidas ficaram evidenciadas ainda no aumento da violência e do feminicídio cujos números surpreenderam a sociedade e mobilizaram os movimentos feministas, de norte a sul do País. Os indicadores divulgados pelo Atlas da Violência publicado pelo IPEA (2019) indicam, que a taxa de homicídios de mulheres no Brasil aumentou no ano de 2017. Neste ano 4.936 mulheres foram mortas, dessas 1.133 foram vítimas de feminicídio. Em 2015 foram assassinadas 4.621 e no ano seguinte (2016)

foram mortas 4.645 mulheres. Os dados apontam que a cada dia 13 mulheres foram assassinadas. (IPEA, 2019).

A esses dados soma-se a problemática da sub-representação, que impõe às mulheres, o isolamento das questões públicas, uma vez que a sub-representação segundo Ferreira (2019) exclui e isola as mulheres das instâncias de decisão, anula seu potencial de ação e desqualifica sua participação política, tal qual foi feito no processo do impeachment. Vale destacar que a sub-representação das mulheres nos espaços de poder é um dos pontos tratados no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres aprovado em 2013-2015. Este documento, em especial no Capítulo V que trata do Fortalecimento e Participação das Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão, determina que o estado deve:

Fomentar e fortalecer a participação igualitária, plural e multirracial das mulheres nos espaços de poder e decisão, por meio da promoção de mudanças culturais, legislativas e institucionais que contribuam para a construção de valores e atitudes igualitárias e democráticas e para a construção de políticas para a igualdade. (BRASIL, 2013, p. 53).

Assim, o número ínfimo de mulheres na Câmara Federal no Brasil – 15% - reflete esse modelo capitalista e patriarcal, largamente denunciado pelos movimentos feministas que têm associado a sub-representação às dificuldades de pautar o debate de questões centrais como a violência de gênero, desigualdade salarial, representação política, dupla jornada de trabalho e outras questões relevantes, como os direitos sexuais e reprodutivos e o feminicídio.

Ao propor este artigo, pretende-se chamar atenção para a atual conjuntura pela qual atravessa este País, refletindo, sobretudo, como a violência e o patriarcado, enquanto sistema de dominação e exploração das mulheres, encontra-se presente na ação pública dos atuais dirigentes do País, que ao coisificar a mulher anulam sua importância no contexto social e político.

Neste texto serão apresentadas reflexões que se articulam para pensar sobre a onda conservadora que se espraia pelo mundo, e que no Brasil se fortalece nas disputas que se travaram na eleição de Dilma Rousseff, em 2014. Foi uma onda que favoreceu e favorece o discurso fascista e patriarcal, que anula as mulheres, responsabilizando-as e culpabilizando-as da crise mundial, que reflete na sociedade capitalista e que culminou com o enfraquecimento da democracia no Brasil, e incidiu sobre o golpe de 2016. Golpe esse, denunciado e combatido pelos movimentos sociais, entre os quais destaca-se os movimentos feministas, que cumprem o importante papel de denunciar as contradições do machismo escancarado, impregnado nas diversas instituições do País, traduzidos nos assédios moral e sexual naturalizando a subordinação das mulheres.

## A EXPRESSÃO DO FASCISMO NO BRASIL: É MACHO, É BRANCO E ELITISTA

O fascismo é um movimento político que expressa o pensamento da direita conservadora, que traduz os extremismos e modo de pensar e agir de segmentos que pregam a divisão de classe, que atuam para destruir a democracia e negam qualquer possibilidade de construção do estado de direito. Sua prática de negação do debate político e silenciamento das instituições democráticas, reflete nas ações praticadas por fascistas que estiveram à frente de regimes, tais como: Benito Mussolini, Hitler, que não titubearam em fechar Congressos, em fechar universidades, em proibir e silenciar pessoas, com prisões e mortes, que denotam a crueldade desse tipo de regime. Os fascistas de hoje, personificados nas figuras de dirigentes de nações como os Estados Unidos, que elegeram Donald Trump (2017-2021), Viktor Mihály Orbán (desde 2010 e reeleito na Hungria em 2022), entre outros, e agora Jair Bolsonaro, eleito no Brasil em 2018.

Para compreender o fascismo e suas múltiplas formas de se expressar é importante, primeiramente, compreendê-lo como um adversário feroz da luta dos trabalhadores e de suas conquistas históricas, que garantiu à classe trabalhadora superar a condição de escravidão para almejar viver com humanidade e dignidade.

Para Zetkin (2019, p. 33) “a luta contra o fascismo é também uma questão de sobrevivência para qualquer trabalhador, uma questão de acesso ao pão, a condições de trabalho e qualidade de vida para milhões e milhões de explorados”. Ao refletir sobre o fascismo, Trotsky (2018, p. 70) considera que:

O fascismo não é simplesmente um sistema de repressão, de atos de força e de terror policial. O fascismo é um sistema de Estado particular, baseado no extermínio de todos os elementos da democracia proletária na sociedade burguesa. A tarefa do fascismo não consiste somente em destruir a vanguarda proletária, mas também em manter toda a classe num estado de fragmentação forçada.

Ao buscar as raízes do fascismo Zetkin (2019) considera, que nas suas raízes estão a destruição da economia capitalista em decorrência da guerra, fato que empobreceu grandes massas de trabalhadores, bem como pequenos e médios produtores, e os intelectuais que tiveram perdas imensuráveis nos seus salários. Essa situação contribuiu para que o fascismo galgasse apoio crescente, entre os desiludidos e entre a pequena burguesia, e assim, foi ganhando as massas dos descontentes, conquistado a partir de ações demagógicas, que se colocavam incitando a insatisfação

geral. Zetkin (2019, p. 48) considera ainda, que: “A burguesia, fosse industrial ou agrária, patrocinou abertamente o terrorismo fascista, apoiando-o com dinheiro ou de outras maneiras”.

O início do fascismo na Itália, segundo Zetkin (2019, p. 53) se deu a partir de um programa bastante atrativo para as massas, desde uma representação proporcional e o direito de voto às mulheres, promessas não cumpridas e ilusões que foram aos poucos, sendo desmascaradas pela classe trabalhadora. Para Michael Löwy (2019) é importante compreender o fascismo no atual contexto denominado pelo autor de neofascismo, pois o fascismo está associado à ascensão da extrema direita e em muitos países (Europa, Estados Unidos, Índia, Birmânia, Brasil) o “inimigo” expressa as contradições específicas de cada país ou região do mundo, ou seja, o fascismo tem características próprias em cada nação: tem países como França que elegeram como inimigos os muçulmanos e os imigrantes; em outros são as minorias religiosas, tem países que predomina o nacionalismo xenofóbico e o racismo, observa-se também o ódio à esquerda, ao feminismo, aos homossexuais e no Brasil o ódio aos nordestinos.

Ao buscar uma explicação para o fenômeno que emerge no início do Século XX e se espalha no Século XXI Löwy considera que seu ressurgimento é fruto da “[...] crise financeira do capitalismo, iniciada em 2008, e suas consequências: depressão econômica, desemprego, marginalização” (LÖWY, 2019, p. 2), esses foram fatores que interferiram para garantir a vitória de Trump, nos Estados Unidos. No Brasil, entretanto, há diferenças. Enquanto em vários países europeus há certa continuidade política e ideológica entre movimentos neofascistas atuais e o fascismo clássico dos anos 1930, no Brasil o fenômeno Bolsonaro tem pouca ou nenhuma relação com essa matriz antiga, está mais relacionada a luta contra a corrupção:

[...] é uma velha tradição, desde os anos 1940, dos conservadores: se levanta a bandeira do combate à corrupção para justificar o poder das oligarquias tradicionais e, segundo o caso, legitimar golpes militares. Bolsonaro conseguiu manipular este sentimento legítimo de indignação contra os políticos corruptos para se impor, e venceu a disputa de opinião na sociedade, ao identificar (falsamente) o PT como o núcleo do sistema político do Estado brasileiro e como o principal responsável pela corrupção (LÖWY, 2019, p. 6).

No Brasil, o processo de fascização se intensifica com os movimentos de 2013, que tendem a interferir nas eleições de 2014, polarizada entre as candidaturas de Dilma Rousseff/PT e Aécio Neves/PSDB. A derrota da direita, liderada por Aécio Neves/PSDB, e sua recusa em aceitar os resultados eleitorais forjou um clima de descontentamento entre seus adeptos, além disso, o clima de animosidade foi intensificado pela grande imprensa, pelo Congresso Nacional e pelos setores conservadores, dentre os quais, latifundiários e pastores de igrejas neopentecostais, que passaram

a dominar a maioria das cadeiras no Congresso Nacional. A fragilidade da bancada de esquerda e a pressão da bancada evangélica contribuíram para acirrar, mais ainda, as indisposições contra a Presidenta eleita, Dilma Rousseff. Não se pode desconsiderar, que o clima criado no período que precede o golpe foi de intolerância, de ódio ao Partido dos Trabalhadores e aos seus apoiadores, foi também de exacerbação do elitismo e da misoginia, que propagados de forma agressiva incitava a população aos atos “Fora Dilma”, reforçados pelos painéis da classe média, aumentando mais ainda o clima de indisposição contra o Governo Dilma Rousseff.

Nesse período, não foram poucos os atos de intolerância vivenciados pelos que tinham pensamentos divergentes, especialmente nos espaços universitários, que passaram a ser locais vigiados pelos conservadores, ao tempo em que ascende os debates sobre a Escola Sem Partido e o Movimento Brasil Livre (MBL), que juntamente com o discurso das igrejas neopentecostais passa a disseminar a ideologia da família patriarcal, veiculada como modelo ideal a ser seguido.

O processo de fascização no Brasil que se intensificou nas eleições de 2014, se fortalece no processo eleitoral culminando com a eleição de Jair Messias Bolsonaro, até então um deputado medíocre, visto como bobalhão. Sua ascensão meteórica, semelhante a de Collor de Melo, que em 1989, que ficou conhecido como o “Caçador de Marajás” e, que se firmou no cenário político com discurso antissistema, assim foi a projeção do atual Presidente. Para Coutinho (2021, p. 234):

Ao apresentar-se como o candidato antissistema, com um discurso conservador que remete a construção de um país, como também de uma família, tradicional, ordeira, defensora dos “bons costumes”, contra a corrupção - que dá a razão para o Golpe orquestrado em 2016 contra a presidente eleita, Dilma Rousseff - Jair Messias Bolsonaro logrou ganhar as eleições. Angariou votos de todas as camadas sociais, um fenômeno a estudar com rigor. Explicamos: o seu discurso foi (é) abertamente conservador e autoritário; desperta e alimenta o ódio contra os negros, nordestinos, mulheres, homossexuais e, claro, todos os que estão no espectro da esquerda: democratas, socialistas, comunistas, traduzido e alimentado por um antipetismo visceral.

O que se viu com a ascensão de Jair Bolsonaro foi o acirramento do ódio e o recrudescimento da violência étnico-racial e da violência de gênero, expresso nos dados que denotam o aumento exacerbado do fenômeno. Essa violência foi largamente disseminada, no momento que se constituíram as forças reacionárias para dar o golpe na Presidenta Dilma Rousseff. As simulações de estupros feitas para atingir a moral da Presidenta refletiram, sobremaneira, na sociedade brasileira, assim como o processo do *impeachment*, no decorrer das audiências públicas no Congresso. O clima de deboche, de disputa e agressão pessoal imputado a então presidenta,

demarca a falta de princípios éticos e políticos, que moveram a ação do Congresso, naquele momento histórico. O que ficou evidenciado nos atos que culminaram com o golpe na sessão, de 17 de abril de 2016, com falas que atestam o machismo e a misoginia dos deputados e deputadas



Fonte: <https://m.leijaja.com/politica/2022/08/31/tchau-querida-relembra-votos-e-falas-do-impeachment/>

brasileiras nessa data, marca o ápice do processo de fascização no Brasil. As imagens falam por si só:

A expressão “tchau querida” se somam a outras declarações que denotam a agressão à Presidenta Dilma Rousseff, uma das mais violentas foi a do atual presidente, e então deputado, Jair Bolsonaro, que declarou: “Pela família e pela inocência das crianças em sala de

aula, que o PT nunca teve... Contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra a Folha de S.Paulo, pela memória do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff”. Outra, por demais violenta, foi a do então Presidente do Congresso, Eduardo Cunha (PMDB), preso, logo após o golpe, declarou: “Que Deus tenha misericórdia dessa nação. Voto ‘Sim’”. (XAVIER, 2017, p. 2).

O que se viu, a partir de então, foi a naturalização e banalização da violência de gênero, que mesmo no período de confinamento da população, em virtude da Covid 19, não arrefeceu; ao contrário, aumentou consideravelmente. Segundo estudos de Dias e Ferreira (2020, p. 260):

[...] esse é um fato banalizado por alguns setores da sociedade com visões distorcidas sobre o fenômeno, cujos resultados não podem ser resumidos em um simples desentendimento episódico de um casal, [...] Não pode ser visto apenas como uma crise motivada pelo ciúmes de um homem “que não sabe controlar as emoções”. Não! Esse aumento da violência é resultado da falta de políticas públicas mais audazes, planejadas e articuladas de forma a garantir resultados satisfatórios.

O aumento da violência de gênero está associado também, à questão política e ao processo de desqualificação e coisificação das mulheres, que carece de aprofundamento analítico e debate urgente dado os acontecimentos após o golpe e com o processo de fascização no Brasil.

As narrativas veiculadas com abordagem misógina no mundo da política têm sido práticas corriqueiras no cenário político brasileiro. Essas narrativas, segundo Ferreira (2022) interferem,

uma vez que atuam ideologicamente, como mecanismos de manutenção de discursos de inferiorização, que visam manter as “mulheres no seu lugar”. O lugar de coisas, de objetos e o lugar do privado “glorificados” pela família tradicional sob o argumento, de que são seus verdadeiros habitats naturais, pois foram destinados por Deus.

As cobranças feitas para a manutenção dos papéis sexuais têm como direção, a permanência das relações de poder, nas quais os homens exercem protagonismo e se sentem no direito de excluir, humilhar, agredir as mulheres. O recente episódio, envolvendo a Deputada Isa Penna (PSOL/SP), na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo ilustra bem essa assertiva. A deputada foi agredida pelo também deputado, Fernando Cury (Cidadania), que foi flagrado assediando a parlamentar ao abraçá-la por trás, tocando-lhe nos seios. As declarações da deputada denotam, o quanto esse tipo de violência expõe as mulheres: “Eu me sinto absolutamente exposta, eu me sinto absolutamente violada em diversos sentidos. Seja pelas minhas prerrogativas, enquanto mulher eleita, nas minhas funções, exercendo meu trabalho, exercendo meu papel ali” (ISA PENNA apud PERRONE, 2020).

As agressões sofridas pelas deputadas Maria do Rosário (PT), Isa Penna (PSOL), Talíria Petrone (PSOL), entre outras deputadas e vereadoras, a exemplo da Vereadora Katiane Leite (Pedreiras/MA) refletem a ideologia da inferiorização e da subalternidade, que pesa sobre as mulheres, vista por Perrot (2005) como uma tragédia, que começa com desde o nascimento. Por serem menos desejadas do que os meninos, tendo em vista que nas famílias patriarcais o filho varão é o mais esperado, por assumirem as tarefas de menor valor e por serem mais controladas do que os meninos, controle que é fruto de relações patriarcais e da educação diferenciada, as meninas vão se tornando mulheres com limites determinados: os homens tudo podem, as mulheres não! Não podem, nem mesmo, decidir se vão ter filhos, conforme nos revela Federici (2017, p.180):

[...] o Estado não poupou esforços na sua tentativa de arrancar das mãos femininas o controle da reprodução e da determinação sobre onde, quando, ou em que quantidade as crianças deveriam nascer. Como resultado as mulheres foram forçadas frequentemente a procriar contra a sua vontade, experimentando uma alienação de seus corpos, de seu “trabalho” e até mesmo de seus filhos.

Essa situação, que se reproduz em tempos atuais, quando se percebe o debate instaurado acerca do aborto mostra, que o patriarcado se mantém revigorado para justificar, os processos de exclusão e dominação das mulheres na sociedade. É uma categoria, que permite compreender como a diferença sexual tem sido convertida em diferença política, para naturalizar a sujeição das mulheres. Através do patriarcado é possível compreender, como os homens constroem suas



relações de domínio sobre as mulheres, sobre seus corpos, sobre suas vidas, uma vez que se representam acima das mulheres, anulando suas iniciativas e suas singularidades, ao ponto de silenciá-las em lugares públicos.

A negação de direitos ao mundo do trabalho, a livre expressão, ao prazer de viver e de sonhar, marca e limita, profundamente, a vida das mulheres e das meninas na esfera da família, e se aprofunda nos ambientes em que elas vão conviver no seu processo de socialização. Desses ambientes, o espaço da política é sem sombra de dúvida, o mais hostil. Essa hostilidade tem sido tema recorrente dos debates nos movimentos feministas, e se constitui um dos maiores desafios para os que, durante a última década, levantaram-se como uma força expressiva contra o fascismo no Brasil.

## **A LUTA FEMINISTA CONTRA O FASCISMO NO BRASIL**

Falar de movimentos feministas é reconhecer a luta histórica das mulheres por direitos, por democracia e por igualdade. Em toda a história social, as mulheres foram força e presença nas lutas por emancipação nos diversos continentes. A negação e invisibilidade de sua presença durante séculos, não impediram que viesse à tona, a história de mulheres valorosas que resistiram e enfrentaram o patriarcado incrustado nas instituições milenares e, que permanecem vivas desafiando esse movimento responsável por diversos enfrentamentos, entre os quais a ousadia de dizer: “ELE NÃO” a Bolsonaro e ao seu projeto fascista.

Ao pensar em mulheres que fizeram história, vale destacar a obra de Chistine de Pizan, em seu memorável: *A Cidade das Damas*, lançado em 1405, que questiona sobre o porquê de a história e dos homens, em especial, terem negado a presença das mulheres na história, e porque descrevem esse segmento com tanta negatividade:

[...] quais poderiam ser as causas e motivos que levaram tantos homens, cléricos e outros, a maldizerem as mulheres e a condenarem suas condutas em palavras, tratados e escritos. [...] filósofos, poetas e moralistas, e a lista poderia ser bem longa, todos parecem falar com a mesma voz para chegar à conclusão de que a mulher é profundamente má e inclinada ao vício (PIZAN, 2012, p. 52).

Os questionamentos e críticas feitos por Cristine de Pizan no Século XV, assemelham-se aos questionamentos feitos por Sojourner Truth em 1841 para condenar os racismos e os machismos da sociedade americana, no Século XIX:

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? [...] Eu pari 13 treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher? (TRUTH, 2014, p.1).

Esses questionamentos que datam de séculos atrás expressam os questionamentos, que as feministas continuam fazendo no Século XXI, neste tempo bolsonarista, que se vive no Brasil, quando se depara com os cerceamentos impostos às mulheres, cerceamentos estes que refletem em sua pouca inserção nos espaços de poder, nos salários desiguais, na sobrecarga do trabalho doméstico, na dupla jornada de trabalho. Consideramos que o silêncio acerca da presença e participação das mulheres na história republicana, e na construção do processo de redemocratização do Brasil, notadamente, durante as Décadas de Setenta e Oitenta; bem como, as ações dos movimentos feministas, resistindo ao regime militar revelam as formas expressivas de atuação desse segmento, no sentido de questionar e pressionar o Estado democrático, que estava em construção.

Os muitos exemplos, que denotam essa presença e contribuição estão transcritos nas páginas da Constituição de 1988, fruto de lutas e disputas que marcaram a presença das mulheres no contexto do Estado democrático, em formação após a ditadura militar. Tais lutas políticas, travadas na rua e nos bastidores da construção do Estado possibilitaram avançar, na criação de estruturas públicas e permitiram visibilizar a ação das mulheres por direitos e igualdade, expressos em muitos dos artigos que compõem a Constituição Brasileira.

A história dos movimentos feministas no Brasil emerge nos agrupamentos de esquerda, na luta contra a ditadura nos anos de 1970, do Século XX, que se inicia principalmente nos estados do Sudeste do país, notadamente no eixo Rio de Janeiro e São Paulo e que nos anos de 1980, irradia para os estados do Nordeste, Sul e Centro-Oeste do Brasil, tendo enorme repercussão na sociedade. Por se tratar de um movimento coletivo, fundado na luta intransigente pela igualdade e pelo reconhecimento das mulheres como sujeito de direitos, o feminismo desnaturaliza “verdades” absolutas, de que a submissão das mulheres estava inscrita na sua natureza feminina, ados os estereótipos estabelecidos e as crenças religiosas, que durante séculos impuseram posições subalternas, que as impediam e ainda impedem, de ascender na sociedade.

As questões centrais que movem os movimentos feministas é o reconhecimento das mulheres como sujeito político, o respeito às diferenças, o combate à opressão histórica e a

permanente desigualdade em que viviam, e ainda vivem muitas mulheres, principalmente, as mulheres negras e pobres. É um movimento que tem clareza, de que as relações patriarcais que inferiorizaram as mulheres foram forjadas na fala de muitos autores, a exemplo de Pitágoras, Aristóteles, Rousseau, Proudhon, que viam as mulheres “como uma modelagem inacabada, um homem incompleto, defeituosas” (PERROT, 2007, p.23). Sua luta ao longo dos séculos é um esforço de desconstruir essas afirmações, que as diminuem e as inferiorizam frente à sociedade. Ao enfatizarem que “o pessoal é político” e “o privado é público”, as feministas transgrediam o lugar comum destinado às mulheres. Tais expressões passaram a ser canais de disputas, entre os movimentos feministas e os poderes constituídos e em construção.

Ao longo do Século XX esse movimento ampliou seus espaços de atuação, inserindo-se nas academias, questionando a Ciência Cartesiana e as verdades absolutas, que imputaram as mulheres lugares subalternas. Introjetaram-se na política, nos partidos e sindicatos, questionando a democracia representativa, uma vez que grande parte da sociedade, em especial as mulheres, não se sente representada pelos seus dirigentes.

Ao fazer um balanço das conquistas dos movimentos feministas nestas oito décadas, pode-se dizer que foram inúmeras, principalmente, na construção de estruturas legais e de proteção à mulher. Porém, no campo político, os avanços são ínfimos, se considerarmos a tabela I apresentada neste texto.

A representação de apenas 15% de mulheres na Câmara Federal evidencia, o que Pateman (2010) diz com propriedade: a cidadania para superar a formalidade e ter efeito significativo na vida cotidiana com igual valor para todos/as os cidadãos/ãs, é necessário que cada indivíduo seja aceito em pé de igualdade, como participante em todas as áreas da vida política e social.

O que se observa, a partir dos resultados eleitorais, conforme tabela 1 é que pouco se alterou na representação feminina nos espaços de poder no Brasil, nas últimas décadas.

Tabela 1: Representação feminina na Câmara Federal no Brasil – 1995 a 2022

PERIODO LEGISLATIVO	DEPUTADAS	DEPUTADOS	TOTAL
2019-2022	77	436	513
2015-2018	51	462	513
2011-2014	45	468	513
2007-2010	45	468	513
2003-2006	42	471	513
1999-2002	28	485	513
1995-1998	34	479	513
<b>TOTAL</b>	<b>322</b>	<b>3.269</b>	

Fonte: Dados Pesquisa Mary Ferreira, 2018. TRE, 2018.

Na atual conjuntura, as mulheres constituem em torno de 15% das representadas no Congresso Nacional; os negros são apenas 10%, fato que denota as contradições da democracia no Brasil, considerando que no cenário internacional, estamos entre os menores percentuais de mulheres em cargos de representação do mundo. (TRE, 2018).

A contradição expressa nas cadeiras dos legislativos, retrata a representação desigual de gênero na política brasileira, tendo sido tema de ações pontuais dos movimentos feministas em todo o Brasil. As lutas feministas, que datam de meados do Século XX, se fortaleceram nos anos oitenta com a luta pela redemocratização do País e com a promulgação da Constituição de 1988 e se articulam nos primeiros anos do Século XXI na luta por políticas públicas, intensificaram-se em 2015, nos atos contra o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff. Importante destacar a intensa campanha do ELE NÃO! Que se espalhou pelo mundo em atos de solidariedade, mostrando a intensidade dos movimentos feministas e sua capacidade de politizar as lutas políticas que se travava no Brasil naquele período.

As inúmeras ações realizadas no período que corresponde aos anos de 2015-2018 como a Marcha das Margaridas, as ações das mulheres negras, e das várias articulações feministas mostraram a vitalidade e as formas de resistência das diversificadas frentes feministas, em defesa de um Brasil democrático, soberano e livre das opressões capitalistas, sexistas, racistas e de gênero.

A Articulação de Mulheres Brasileiras que agrega várias entidades feministas como CFEMEA, SOS Corpo e vários fóruns estaduais e municipais, entre os quais o Fórum Maranhense de Mulheres e o Fórum de Mulheres de Imperatriz, também lançou nota pública contra o golpe. Na nota denunciavam o golpe e diziam “Não ao Governo da Coalizão Golpista!”:

[...] O Golpe serve aos interesses do capital, e tem forte caráter patriarcal e misógino. As elites nunca aceitaram ser governadas por uma mulher. A mídia golpista, aliada da colisão golpista, não aceita que mulheres participem da vida e das decisões políticas do país, nos querem ‘recatadas e do lar’, enquanto propagam as fotos do ministério golpista formado por homens brancos. A violência política contra a Presidenta, vivenciada em todo o processo, expressa um tipo de violência patriarcal que deve ser denunciada e combatida. (ARTICULAÇÃO, 2016).

O que se viu, a partir de então, foi um ataque feroz às instituições democráticas e aos sujeitos políticos que enfrentaram os golpistas. O Golpe de 2016 deflagrou, conforme Carvalho; Johnson; Coutinho, *et. al.* (2020, p 145):

[...] um novo ciclo de ajuste na vida brasileira: é um ciclo de caráter ultra neoliberal, fundado em uma política de espoliação de direitos e das riquezas nacionais, de intensificação da superexploração da força de trabalho, de privatizações, de privilegiamento de interesses do capital estrangeiro.

O golpe contribuiu ainda para o recrudescimento da violência de gênero. Dados apontados pelo Atlas da Violência (IPEA, 202) revelam que no ano de 2018 foram assassinadas 4.519 mulheres no Brasil. Esse dado corresponde a 4,3 homicídios para cada 100 mil habitantes do sexo feminino, que corresponde ao alarmante indicador: a cada duas horas uma mulher é assassinada no Brasil. Nos estudos de Façanha (2021, p. 92) sobre o fenômeno da violência de gênero no Brasil e no Maranhão a autora enfatiza que “[...] nos últimos anos houve um aumento significativo nas denúncias e na emissão de medidas protetivas: em 2016 foram 5.744, em 2017 foram 6.659 e em 2018 foram 9.662 medidas protetivas”, fato que denota que a cultura machista, patriarcal e misógina, foi alimentada com o golpe e também em virtude da regressão das políticas públicas de combate à violência de gênero que sofreram revés pela falta de orçamentos, cortados no governo de Michel Temer e praticamente extintas no governo de Bolsonaro.

## CONCLUSÃO

O processo de fascização no Brasil está relacionado com o enfraquecimento das organizações políticas: sindicatos, partidos, que incidiu de forma direta, na perda de direitos da classe trabalhadora, tendo como ápice a reforma trabalhista e a reforma da previdência, fato que culminou com a precarização do trabalho e o empobrecimento da população. Além desses fatores, consideramos que esse sistema que degenerou as instituições democráticas, também contribuiu para a exacerbação da violência de gênero, fato materializado no processo de *impeachment* (golpe), que teve como desdobramento o afastamento da Presidenta Dilma Rousseff.

A violência do processo e as narrativas com abordagem sexista e misógina, que se espalhou largamente pelo País contaminou o mundo da política brasileira, tendo um efeito devastador na vida das mulheres, contribuindo para a incidência da violência que atingiu todos os estados da federação, desafiando os movimentos feministas cuja ação política de denúncia, intensificou-se mais ainda, desde o golpe.

A eleição de Bolsonaro contribuiu para o processo de fascização no Brasil, porém, não se pode deixar de reconhecer, que os desgastes provocados pelas ações dos movimentos feministas indisporam a população feminina com o seu governo, contribuindo para que as organizações feministas no País ampliassem o número de mulheres envolvidas na política transformando o público feminino, na maior oposição aos setores da extrema direita no Brasil, fato visível nos índices de rejeição ao Governo de Bolsonaro, largamente veiculados pela imprensa brasileira, o que denota que esse movimento, desde os atos do ELE NÃO! Transformou-se em um dos movimentos de maior resistência ao fascismo no Brasil.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Presidência da República**. Secretaria de Políticas para as Mulheres.

**Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013.114 p.

**ARTICULAÇÃO de mulheres brasileiras na luta contra o golpe e contra a renúncia da presidenta Dilma Rousseff**. 4 de maio de 2016. Disponível em: <http://www.articulacaodemulheres.org.br/2016/05/04/articulacao-de-mulheres-brasileiras-na-luta-contr-o-golpe-e-contr-a-renuncia-da-presidenta-dilma-rousseff/> Acesso em 25 maio 2022.

BONIN, Robson. Eleitorado feminino ainda é o que mais rejeita Bolsonaro. **Revista Veja** Robson 25 abr. 2022. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/eleitorado-feminino-ainda-e-o-que-mais-rejeita-bolsonaro-diz-pesquisa/>. Acesso em 25 jun. 2022.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de; JOHNSON, Guillermo Alfredo; COUTINHO, Joana A. Ferreira, John Kennedy; OLIVER, Lúcio. A crise capitalista, o avanço da direita no continente latino-americano, e os desafios para a resistência. **Revista de Políticas Pública**, v. 24, p.129–149. 2020. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/15096>. Acesso em 15 jun. 2022.

COUTINHO, Joana. Democracia debilitada: a ascensão do fascismo no Brasil. **Revista Binacional Brasil-Argentina**. V. 10, n. 1, p. 230-245, jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/rbba/article/view/8765/5800> Acesso em 15 jun. 2022.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FAÇANHA, Josanne Ferreira. **Feminicídio: estudos sobre decisões judiciais**. Rio de Janeiro: Barra Livros, 2021.

FERREIRA, Maria Mary. **Mulheres, protagonismo e sub-representação: dados para pensar e transformar as relações de gênero no Maranhão**. São Luís, 2019. 275p.

\_\_\_\_\_. Gênero, sexualidades e educação no Brasil e suas imbricações no exercício político das mulheres. In: SILVA, Sirlene Mota Pinheiro da; MACHADO, Raimunda Nonata da Silva.

**Gêneros e diversidades e inclusão educacional**. Curitiba: CRV, 2022. p. 131-148.

IPEA. **Mapa da Violência 2018**. Brasília, DF, IPEA, 2018. 93p. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes/49/atlas-da-violencia-2018>.

IPEA. **Mapa da Violência 2019**. Brasília, DF, IPEA, 2019. 116p. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019>

LÖWY, Michael. A resistível ascensão dos “novos” fascistas. **Outras Mídias**. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/a-resistivel-ascensao-dos-novos-fascistas/>> Acesso em 16 jun. 2022.

OLIVEIRA, Danielle Ferreira de. **É golpe, sim! com supremo, com tudo: uma análise da comunicabilidade do Jornal Nacional no processo de destituição de Dilma Rousseff em 2016**. 151 fl. Dissertação. (Mestrado Linguística Aplicada). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019.

PERRONE, Monalisa. **CNN Brasil**. 17 dezembro 2020. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/entrevista-isa-penna-assedio-alesp/>> Acesso em 23 ago. 2022.

PATEMAN, Carole. Garantir a cidadania das mulheres: a indiferença e outros obstáculos. Tradução de Tereza Tavares. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 89, p. 29-49. Disponível em: <https://rccs.revues.org/3666>. Acesso em 23 de jun. 2017.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução de Ângela Corrêa. São Paulo: Contexto, 2007. 190 p.

PIZAN, Cristine de. **A cidade das damas**. Tradução e apresentação de Luciana Eleonora de Freitas Deplagne. João Pessoa: Editora da Universidade da Paraíba, 2012.

"TCHAU, querida!": lembre votos e falas do impeachment. **Leia Já**. 31/08/2022. Disponível em: <https://m.leiaja.com/politica/2022/08/31/tchau-querida-relembre-votos-e-falas-do-impeachment/>. Acesso em 2 nov.2022.

TROTSKY, Leon. E agora? A revolução alemã e a burocracia Leon. Tradução Mario Pedrosa. In: \_\_\_\_\_. **Como esmagar o fascismo**. São Paulo: Autonomia Literária, 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/Mary/Downloads/Como%20Esmagar%20o%20Fascismo%20-%20Leon%20Trotsky.pdf> Acesso em 24 jun. 2022.

TRUTH, Sojourner. E não sou uma mulher? Tradução de Osmundo Pinho. **Portal Geledés**. 8 jan. 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>. Acesso em 25 jun. 2022.

XAVIER, Renan Melo. ‘Como vota, deputado?’: relembre sessão de abertura do impeachment de Dilma. **Poder 360**. 17 abr, 2017. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/como-vota-deputado-relembre-sessao-de-abertura-do-impeachment-de-dilma>. Acesso 12 Jun. 2022.

ZETKIN, Clara. **Como nasce e morre o fascismo**. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.127p.